

A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DURANTE O ESTADO DITATORIAL

Sandra Cristina SANTOS ALVES

Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Da Paraíba, Av.: Primeiro de Maio, 720 ó Jaguaribe, João
Pessoa ó PB, e-mail: sandracsa@bol.com.br

RESUMO

Este artigo visa analisar as reformas por que passaram a política educacional profissionalizante, em meio a um momento histórico do país de repressão e crise, a Ditadura Militar, em que o Estado interveio bastante nesta política social com a finalidade de adequá-la às necessidades de consolidação do capitalismo e para criação de um significativo número de trabalhadores capacitados. Trata-se de um estudo bibliográfico no que se refere ao seu objetivo geral de analisar-se as relações da Ditadura Militar com a Educação Profissional Para sua efetivação, valeu-se da pesquisa para obtenção de respostas eficazes às questões colocadas. Tal pesquisa, inicialmente, pautou-se no estudo das categorias centrais que foram a Ditadura Militar e seus desdobramentos na política educacional profissionalizante. Coloca-se, enquanto contribuições deste estudo, o aprofundamento do debate sobre Educação Profissional e Ditadura Militar, o qual torna possível a compreensão dos privilégios concedidos a esta área da Educação durante o período de 1964 a 1985, em que houve por parte do Estado um esforço enorme, que ultrapassou suas funções básicas para criar todas as condições necessárias à consolidação do processo de industrialização.

Palavras-chave: Educação Profissional e Ditadura Militar.

1 INTRODUÇÃO

Para se compreender a política educacional profissionalizante no Brasil é necessário, tanto quanto possível, detectar as relações que interligam todo o processo do ensino profissional aos processos mais gerais da sociedade, por entender que a educação está interligada e determinada pelas diversas dimensões que a compõem. Em outras palavras não é possível a compreensão de tal processo de forma isolada, sem que se leve em consideração as dimensões históricas, políticas e econômicas que a ele estão relacionadas, como também aos desdobramentos da Política da Educação como um todo.

A partir de abril de 1964, a sociedade brasileira passou a viver um período marcado pelo autoritarismo ditador introduzido com o golpe dos militares, com o objetivo de entrar o fervor de idéias nacionalistas, democráticas e populares para calar a nação e fazê-la caminhar pelos trilhos do capitalismo dependente e associado.

Durante o período de 1964 a 1985, o Brasil viveu sob o regime da ditadura militar, que afora todas implicações decorrentes deste tipo repressor de gestão, impôs a concretização do processo modernizante do país pela via da dependência e da subordinação ao capital internacional.

Em meio aos anseios populares por transformações sociais e estruturais, deu-se a união entre o capital externo e interno, criando um Estado Ditador, dirigido pelos militares para garantir a continuidade da industrialização do país, cuja primeira fase já havia se completado na década anterior.

2 AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA DITADURA MILITAR

Por educação profissional entende-se um ramo da política educacional que tem por objetivo a preparação do aluno para o mundo do trabalho seja este de primeiro, segundo ou terceiro grau.

Nas palavras de Cunha (1983) "A política de educação profissional é um conjunto de normas que regulam o encaminhamento da educação a nível profissional e tem por objetivo maior a reprodução da força de trabalho".(Cunha,1983,p.89).

A educação profissionalizante, no Brasil, possui historicamente, características de dualidade e de assistencialismo, que se explicam pela herança do processo de formação social do país, no qual o colonialismo escravocrata influenciou as relações sociais e, no caso, distorceu preconceituosamente a visão sobre trabalho manual e trabalho intelectual perante a sociedade. Esta visão dual ficou presente em toda legislação educacional, que como espelho, reflete as relações sociais do país, e diferencia até os nossos dias a educação profissional e a educação acadêmica.

Sob esta visão, o trabalho manual ficou submetido a um segundo escalão, para as pessoas carentes, a classe operaria, os "desvalidos da sorte", que teriam através do trabalho pesado (manual) um castigo ou a redenção.

A partir de 1964, com o projeto de modernização do país, o Estado ditatorial enfatizou a educação profissional, dado a necessidade do mercado por mão-de-obra especializada para as indústrias e para as empresas do próprio Estado que se encontrava ampliado para criação da estrutura de encaminhamento e sustentação do padrão capitalista monopolista.

Através da criação de uma nova Lei de diretrizes e bases e de vários decretos, o Estado Ditatorial buscou resolver o problema da falta da força de trabalho capitalista pelo incremento da educação profissional em vários níveis, seja pela educação fornecida por seus estabelecimentos ou pela oferta do setor privado de vários cursos de curta e média duração.

Quanto ao caráter assistencialista desta modalidade educacional, destacam-se os vários textos, das diversas legislações, que se voltaram diretamente para os "classes menos favorecidas", para os "desvalidos da sorte", para os "abandonados", dentre outras conotações. Ao contrário, a classe favorecida de sorte e abastada economicamente, de acordo com Kuenzer (1997), gozaria da educação geral, propedêutica e iriam, ao término dos estudos, ocupar posições de poder em função do conhecimento adquirido.

Sendo assim, desde o início do século XX foram regulamentadas e criadas várias entidades direcionadas ao ensino profissional. O Estado já em 1910 instalou 10 "Escolas de Aprendizes e Artífices", hoje Centros Federais de Educação Tecnológica.

Sobre o objetivo da criação dessas escolas, Cunha (1977), apud Kuenzer(1997) focaliza a extensão geográfica do país e defende a tese de que, pelas distancias geográficas entre elas e pela inexistência de indústrias em algumas das cidades, nas quais foram localizadas, a finalidade de sua criação estaria voltada para contenção dos jovens desocupados. Esses se apresentavam como problema eminente à paz e à ordem. Não havia ligação com a fomentação de mão-de-obra, visto que aquele período ainda não se apresentava como necessidade.

A partir do início da década de 60 a necessidade por mão-de-obra especializada cresce bastante e é formalmente declarada pela crise da educação nos anos 60, que foi analisada no item anterior.

A primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi criada em 1961 e demonstrou a necessidade da profissionalização, equiparando o ensino profissional ao ensino acadêmico para efeito de continuidade dos estudos. Sendo assim, o aluno poderia, ao término do curso profissional, continuar seus estudos em níveis superiores.

Segundo Machado (1982) esta nova legislação alterou a organização do ensino profissionalizante e, embora tenha favorecido a equivalência entre os cursos acadêmicos e profissionalizantes em termos legais, não conseguiu modificar os determinantes culturais, ficando o ensino propedêutico como privilegiado e mais procurado.

Esta reforma na educação profissional refletia as mudanças na conjuntura nacional, que sinalizava o fim do modelo de substituição de importações e o ingresso do Brasil da economia mundial, em que a implantação das multinacionais iria requerer uma força de trabalho capaz de atender às suas necessidades.

Com o regime ditatorial militar, a partir de 1964, a exigência da profissionalização se efetiva, dado o fomento da industrialização, a consolidação do novo modelo de produção, o capitalismo dependente e associado.

A esta exigência o Estado Ditatorial respondeu com o incremento da educação profissionalizante, então de 1964 a 1968 foram realizados vários acordos MEC-USAID, cujas implicações provocaram certo privilégio às Escolas Técnicas Federais, que diferentemente das escolas estaduais e municipais foram reaparelhadas, receberam assistência financeira e orientações técnicas.

Ainda, segundo Machado (1982), tais acordos já haviam se iniciado desde 1946, quando foi formada a Comissão Brasileira Americana de Educação Industrial (CBAI), com a intenção de se dinamizar e de se reaparelhar o ensino profissional para atender às novas necessidades da expansão industrial, desta forma esses acordos foram ampliados durante a primeira fase da ditadura militar.

No período de 1964 a 1968 não se constatam reformas na educação profissional. Neste período são fixados vários acordos com agências internacionais que avaliam a educação profissional, no sentido de moldá-la à ideologia dos países que mantinham a supremacia na economia mundial e que investiam no Brasil.

Em 1968 foi regulamentada a profissão de técnico industrial e foi criado o programa para expansão e melhoria do Ensino Médio (PREMEM) através de decretos. Tais decretos sinalizaram os objetivos do Estado Ditatorial em orientar a política educacional para as metas de segurança e de desenvolvimento que se traduziam no controle, na repressão, e na promoção social.

A valorização remetida ao técnico industrial pelo Estado Ditatorial através da política da educação profissional foi analisada por Machado (1982), que a associa diretamente ao papel político que o técnico desempenha no interior da empresa, sendo este o mediador entre os engenheiros, administradores e trabalhadores. O técnico seria o elo entre as necessidades da empresa e as dos trabalhadores, por conseguinte, entre a classe dominante e a classe dos trabalhadores. Daí a valorização e consequente investimento nas escolas profissionais ou Escolas Técnicas Federais, que seriam responsáveis pelo perfil deste profissional pela disciplina e pelo conteúdo do ensino. Isto por que: "Existe sempre a possibilidade do técnico desempenhar um papel diferente, identificando-se com os interesses dos trabalhadores e a possibilidade de negação do que dele é exigido é uma questão fundamental para o capital". (MACHADO, 1989, p. 67).

Em 1971 há a promulgação de mais uma LDB, com a lei 5692/71, sendo a educação novamente reformulada pela necessidade de adequar o ensino às necessidades do capital. Apesar de tantas reformas e preocupações do Estado em atrelar a política educacional aos interesses do mercado de trabalho, este objetivo pode não ser alcançado de imediato ou em alguns casos obter o efeito contrário, daí a imposição de tantas reformulações verticais.

A LDB 5692/71 buscou modificar toda a estrutura de ensino de 1º. e 2º. grau; do ensino profissionalizante e do ensino técnico. Instituiu a obrigatoriedade da profissionalização para o 2º. grau, com o objetivo de conter a demanda crescente do ensino superior, que não encontrava vagas nas universidades, e de aumentar o número de profissionais habilitados para o mercado de trabalho, através da intenção de se constituir uma rede única de ensino que eliminasse o caráter elitista de acesso à educação. Neste sentido, o técnico industrial enquanto, formação profissional foi cortado da legislação sendo acoplado ao ensino médio, para continuar existindo.

Para Kuenzer (1988) a LDB /71 tentou resolver através da escola o problema da dualidade estrutural do ensino e da divisão de classes, que está posto nas sociedades capitalistas. No entanto, o sistema capitalista de produção gera necessariamente a apropriação dos meios de produção por uma classe em detrimento de outra, que despossuída destes meios, encontra na venda de sua força de trabalho, a única condição de sobrevivência e de reprodução e esta é a condição primeira das desigualdades e das contradições, que não se resolvem, apenas, na formulação de leis.

Desta forma, a realidade não foi modificada pela lei, ficando as escolas de 2º Grau com as mesmas características anteriores, as escolas técnicas com o ensino profissionalizante para a classe trabalhadora e as escolas de 2º grau preparando para o vestibular. Entretanto, as escolas de 2º grau estaduais, da rede pública, decaíram na qualidade, por não conseguirem ministrar as duas funções do ensino ao mesmo tempo e por não terem sido alcançadas pelo Estado ditatorial com o incremento de verbas. Ao contrário, o Estado se afasta do ensino fundamental e do ensino de 2º grau quanto ao seu financiamento e melhoria de suas condições gerais de funcionamento ao direcionar-se para o sistema privado, visando evidenciá-lo e de forma sutil, reforçá-lo.

O fracasso da profissionalização foi inevitável porque não interessava à rede pública um investimento tão alto, visto que seu interesse maior se concentrava nos lucros. Esse interesse não se encaixava nos moldes reais das escolas públicas do 2º grau, por não terem contado com as verbas necessárias para construção e manutenção de toda estrutura requerida, como laboratórios, profissionais capacitados e materiais necessários, uma vez que o próprio Estado afirmava não dispor de tais recursos.

Neste sentido, a profissionalização compulsória do 2º grau, imposta pelo Estado Ditatorial revestia-se com objetivos claros de afastamento da responsabilidade com a Educação pública e de qualidade, uma vez que intencionava a contenção do número crescente de jovens que buscavam a universidade, através do caráter de terminalidade alcançado no 2º grau. Além de que iria também, proporcionar ao mercado uma demanda maior de profissionais técnicos, dos quais o sistema necessitava.

Em contrapartida, outro fato que comprova o afastamento do Estado Ditatorial para com a responsabilidade da educação, pode ser observado pela adoção de uma política de privatização da Educação. Pois no momento em que as teorias norteadoras da ideologia capitalista apontavam para o valor da educação, enquanto forma de alcance do desenvolvimento como a teoria do capital humano, o Estado Ditatorial apoiou-se nessa ideologia apenas no discurso, mais na realidade, investiu apenas em um pequeno número de Escolas Técnicas Federais e voltou-se politicamente para estratégias que efetivaram a privatização do ensino superior, de 1º e 2º grau.

Além de que, em meados da década de 70 a conjuntura internacional sinalizava um período de crise do capitalismo internacional, que implicou também no início de queda da ditadura, que não encontrava mais no sistema econômico sua base de sustentação, o que provocou um índice inflacionário altíssimo á classe trabalhadora, que pouco a pouco readquire o fôlego para contestar.

Apesar do fracasso da profissionalização do 2º. Grau, a polêmica em torno de sua necessidade ainda perdurou por mais de uma década nos bastidores da política educacional, sendo revista por vários pareceres como 45/72 e 76/75 e só acabou legalmente em 1982 com a lei 7044/82, que formalizou o fim da obrigatoriedade da profissionalização do ensino.

No período entre 1971 e 1982 o cenário da educação pública inicia a demonstrar a crescente insatisfação dos profissionais e dos estudantes, que buscavam a cada sopro de liberdade que surgia com a fragilidade do sistema repressivo, protestar contra a privatização das escolas públicas, a falta de qualidade do ensino e a desvalorização dos professores e técnicos da área educacional, enfim protestavam pelo descaso do Estado com a educação. Nas palavras de Pereira:

õ(...)as propostas educacionais desta década já nasciam frágeis em consequência de um Estado agigantado e corrompido por fortes práticas clientelistas que, na verdade só fortaleciam o grupo dominante da sociedade ao mesmo tempo em que deixava a educação pública em situação de ineficiência, quase absoluta...ö (PEREIRA, 1997, p. 21).

Nos últimos sussurros da ditadura militar, no período da transição democrática, assistiu-se à falência da qualidade do ensino de 1º e 2º grau público, posto pela política privatizante do Estado Ditatorial, que se afasta da Educação e apenas investe poucos recursos na área profissionalizante ou em alguns projetos de cunho assistencialista e clientelista que visavam diminuir as distorções sociais causadas pela alta concentração de renda e conseqüentes desigualdades sociais. Portanto o modelo de educação traçado pelo Estado Ditatorial configurou-se como altamente autoritário, no interior das escolas, ademais outras conseqüências, trouxe consigo o controle político e ideológico da Educação e o descompromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais foi durante a Ditadura Militar que se iniciou com mais fervor a efetivação dos ideais de trabalho e de educação para o trabalho através de vários mecanismos em todo país. Dentre esses mecanismos mobilização da população para valorização do trabalho e da educação para o trabalho foi essencial.

Sob a tônica da modernização do país, a qual necessitava de um alto contingente de trabalhadores capacitados, juntamente com o empenho centrado no desenvolvimento econômico, a valorização da Educação Profissional se efetivou concomitantemente com a validação da Assistência Social no interior de instituições formadoras de mão-de-obra, nas quais a profissão de Serviço Social passa a inserir-se a partir de então, enquanto parte atuante na aceleração do desenvolvimento, através da promoção social.

Desta forma, a modernização industrial impulsionou o aparelhamento e a dinamização do Ensino Profissional, privilegiando os Institutos Federais de Educação Tecnológica, então Escolas Técnicas Federais, que apresentavam várias diferenças com relação às Escolas estaduais do período, visto que eram custeadas pela esfera federal, o que facilitou a criação de uma rede assistencial no interior dos próprios Centros. Por outro lado, os mesmos, contavam com uma demanda de alunos da classe trabalhadora que apresentavam necessidades materiais gigantescas, dependendo assim de um leque de programas sociais para continuar os estudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Resolução nº 12**, de 21 de Dezembro de 1971. Aprova as instruções para o Programa Especial De Bolsas De Estudo.

DELUIZ, NEISE. **Formação Profissional no Brasil: Enfoques e Perspectivas**. Boletim Técnico do Senac, nº 19, janeiro/abril de 1993.

DESLANDES, SUELY FERREIRA. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994

FERREIRA, FRANCISCO DE PAULA. **Dicionário de Bem-Estar Social**- São Paulo: Cortez, 1992.

FICO, CARLOS. **A Propaganda da ditadura**. In: Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. **A produtividade Escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO; CIAVATTA, MARIA (ORGS). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2001.

GERMANO, JOSÉ WILLINGTON. **Estado Militar e Educação no Brasil**. 2 Ed, São Paulo: Cortez. 1994.

IAMAMOTO, MARILDA VILLELA. **Relações Sociais E Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica- metodológica**- 6º ed.- São Paulo. Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1988.

IANNI, OCTÁVIO. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense.1992.

KUENZER, ACÁCIA. **A Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p. 17-27, jan./abr. 2003.

_____. **O Ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis:Vozes.1984.

LEITE, JOSÉ JERÔNIMO LEITE. **Sinopse Histórica da Escola Técnica Federal da Paraíba**. João Pessoa: ETEFPB. 1979.

LIMA, MARILEUZA FERNANDES CORREIA. Et. Al. **Da Escola de Aprendizizes Artífices da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba: memórias do ensino técnico**. João Pessoa. ETEFPB/Gráfica. 1995.

LOMBARDI, JOSÉ CLAUDINEI; SVIANI, DERMEVAL; SAFELICE, JOSÉ LUÍS (ORGS). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: HISTEDBR, 2002

MACHADO, LUCÍOLA REGINA DE SOUZA. **Educação e Divisão Social do Trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. 2Ed, São Paulo: Cortez: 1989.

OFFE, CLAUS. **Sistema Educacional, sistema ocupacional e política da educação, contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. Educação e Sociedade**, suplemento nº 35, Abril de 1990, São Paulo, CEDES.

PEREIRA, MARIA ZULEIDE DA COSTA. **As Políticas Educacionais e o Ensino Público Profissionalizante no Brasil**. João Pessoa . Ed. Universitária, 1997.

_____. **O Ensino Profissionalizante de 2º grau: A Elitização da Escola Técnica da Paraíba (ETEFPB) de 1988 a 1992**. João Pessoa. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) ó Centro de Educação ó Universidade Federal da Paraíba.

ROMANELLI, OTAÍZA DE OLIVEIRA. **Historia da Educação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

ROSSI, WAGNER GONÇALVES. **Capitalismo e Educação: Contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista**. São Paulo: Cortez,1997.

SANTOS, ANTÔNIO RAIMUNDO DOS. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

WARDE, MIRIAM JORGE. **Educação e Estrutura Social: A Profissionalização em Questão**. 2 Ed, São Paulo: Cortez. 1979.